

# Mulheres Camponesas e os Desafios do Acesso às Políticas Públicas para Igualdade de Gênero

*Peasant Women and Access to Public Policy Challenges for Gender Equality*

*Mujeres Campesinas y los Retos del Acceso a las Política Públicas para la Igualdad de Género*

**Caroline Becher**

Universidade Estadual de Maringá, Brasil  
karolbecher@hotmail.com

**Jó Klanovicz**

Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil  
klanov@gmail.com

## Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir os limites e as possibilidades ao acesso das mulheres camponesas às políticas públicas, considerando-as protagonistas diante das atividades socioprodutivas que envolvem o cenário da agricultura familiar e camponesa na região sudeste do estado do Paraná, Brasil. Desse modo, compreendemos necessário apresentar ao leitor uma contextualização das questões de gênero, estabelecendo uma interface entre as camponesas e os múltiplos sentidos da igualdade de gênero. Não menos importante, buscamos apresentar os avanços das teorias feministas que culminam em inovações nas políticas públicas agrárias na perspectiva de gênero. Para um segundo momento, consideramos relevante dar voz a essas camponesas e apresentar seus relatos, buscando compreender o ser camponesa, registrando o pensamento, o significado de suas ações para comunidade, revisitando o passado e identificando a importância delas nas diversas conquistas políticas e sociais na sociedade. Dessa forma, para estabelecer os relatos que pensamos necessários para discussão aqui proposta, amparamo-nos na perspectiva da história oral, regatando o olhar destas mulheres, bem como suas vivências no rural brasileiro. Localizar e superar limites ao acesso das mulheres, na participação efetiva em espaços públicos, é algo primordial quando tratamos da autonomia dessas mulheres.

Palavras-Chave: Autonomia; Camponesas; Comunidade; Gênero; Políticas Públicas.

## Abstract

This article aims to discuss the limits and possibilities of access for rural women to public policies, considering the protagonists in the face of socio-productive activities involving the setting of family and peasant agriculture in southeastern Paraná state, Brazil. Thus, we understand required the reader a context of gender issues by establishing an interface between the peasant and the multiple meanings of gender equality. Not least, we seek to present the progress of feminist theories that culminate in innovations in agricultural policies with a gender perspective. For a second moment, we consider relevant to voice these peasant and present their reports, trying to understand the being peasant, recording the thought, the significance of their actions to the community, revisiting the past and identifying the importance of them in the various political and social

achievements in society Thus, to establish the accounts we think necessary to discuss proposed here, admitted them in the perspective of oral history, regatando the look of these women and their experiences in the Brazilian countryside. Find and overcome limits on women's access to effective participation in public spaces is something essential when dealing with the autonomy of these women.

Keywords: Autonomy; Peasant; Community; Gender; Public Policy.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir los límites y las posibilidades de acceso de las mujeres rurales a las políticas públicas, considerándolas protagonistas en las actividades socio-productivas que se desarrollan en la agricultura familiar y campesina en la región sudoriental del estado de Paraná, Brasil. Consideramos necesario presentar para el lector una contextualización de las cuestiones de género mediante el establecimiento de una interfaz entre las campesinas y los múltiples significados de la igualdad de género. No menos importante, tratamos de presentar los avances de las teorías feministas que culminan en las innovaciones en las políticas agrarias con una perspectiva de género. En segundo lugar, consideramos relevante dar voz a las campesinas y presentar sus relatos, tratando de entender qué es ser campesina, registrando el pensamiento, el significado de sus acciones para la comunidad, revisitando el pasado e identificando su importancia en los diversos logros políticos y sociales. De este modo, para establecer los relatos que creemos necesarios para discutir esta propuesta, nos amparamos en la perspectiva de la historia oral, rescatando la mirada de estas mujeres y sus experiencias en el mundo rural brasileño. Localizar y superar límites al acceso de las mujeres a la participación efectiva en los espacios públicos es algo esencial cuando se trata de la autonomía de estas mujeres.

Palabras-Clave: La Autonomía; Campesinas; Comunitarias; Género; Política Pública.

### Introdução

Os estudos rurais tiveram presença destacada ao longo da história das ciências sociais brasileiras, desse modo, várias pesquisas lançaram ênfase às relações de desigualdade que marcam a vida das mulheres camponesas. A participação ativa de camponesas, no cenário rural atual, vem demonstrando cada vez mais o seu empoderamento, tanto nas questões políticas, quanto nas atividades cotidianas que envolvem essas mulheres e o seu trabalho no contexto familiar. Assim, o cotidiano dessas mulheres torna-se espaço de conhecimento e compreensão da forma como se estabelecem as relações entre homens e mulheres camponeses.

Para Sergio Schneider<sup>1</sup>, “boa parte dos

estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização” (SCHNEIDER, 2010, p. 2).

Mesmo que esses estudos tenham revelado aspectos relevantes relacionados à situação de desigualdade das mulheres, como a sua importância nas atividades agrícolas e seu papel na reprodução social das famílias rurais, permanecem lacunas quanto a situações opostas e alternativas a essa desigualdade. Lacunas estas que procuramos compreender neste artigo.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), considera-se que as mulheres são as que mais contribuem para a

garantia da segurança alimentar, sendo responsáveis pela produção de mais da metade dos cultivos do mundo. O mesmo estudo da FAO destaca que em algumas regiões, como no Subsaara da África e no Caribe, as mulheres respondem pelo cultivo de 60% a 80% dos gêneros alimentícios básicos (FAO, 1996).

A porcentagem de mulheres responsáveis por atividades agropecuárias na América Latina e Caribe tem crescido nos últimos anos, embora suas terras tendam a ser menores, de menor qualidade e de terem menor acesso ao crédito, assistência técnica e capacitação, destaca a FAO. O Chile encabeça a lista dos países da América Latina e Caribe, com 30% de suas atividades agrícolas a cargo de mulheres, seguido pelo Panamá (29%), Equador (25%) e Haiti (25%) (FAO, 2010).

Podemos entender que o trabalho é, em grande medida, qualificado e valorado em função de quem o executa, bem como em função da posição que os membros ocupam na hierarquia social. O trabalho “leve” não significa trabalho agradável ou pouco exigente em termos de esforço físico, assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser interpretada só e nem apenas definida em função de uma racionalidade biológica, pois em grande medida ela é definida culturalmente (LARAIA, 1986).

A visibilidade das mulheres agricultoras tem-se ampliado a partir do feminismo e dos movimentos sociais existentes no Brasil, incluindo-se aqueles poucos existentes. Entretanto, ainda existe a necessidade de desmistificar as relações de gênero como um instrumento válido para repensar as relações, esclarecer e desconstruir a naturalização das diferenças entre masculino e feminino e, desse modo, construir a relação do feminismo com nos diversos espaços do público e do privado (BURG, 2005).

Falar ou pensar em feminismo significa

muito mais do que falar de um movimento organizado, ou de dividir o feminismo em ondas. Analisar essas mudanças é muito importante, mas, significa também olhar o feminismo através das relações de gênero que permearam a vida das mulheres, seu trabalho, sua participação no âmbito público e privado, durante séculos de história. Essas articulações de diversos movimentos que tem a mulher como protagonista também abarcam discussões do rural brasileiro (BURG, 2005).

O movimento dessas mulheres sempre buscou a superação de uma cultura muito mais patriarcal do que se visualizava nos centros urbanos. Ainda hoje, carecemos de inúmeros grupos, como associações de mulheres trabalhadoras rurais, não limitando em definições, sejam elas agricultoras familiares, camponesas, trabalhadoras rurais.

Assim sendo, procuramos mostrar o conceito de gênero como lente para se analisar processos sociais que se apresentam no rural brasileiro, e as políticas públicas que se articulam com esta perspectiva. Contextualizar as questões de gênero, bem como o movimento feminista, que são, sem sombra de dúvidas, a base de qualquer movimento que tenha a mulher como protagonista. Portanto, são abordados os aspectos que envolvem o conceito de gênero como categoria de análise, apresentando sua interlocução com a teoria feminista. Estabelecer esta interface às mulheres camponesas e aos múltiplos sentidos da igualdade de gênero é ponto crucial deste estudo, ou seja, dar voz a mulher camponesa é de fundamental importância.

Para estabelecer os relatos que penso necessários para a discussão aqui proposta, amparo-me na perspectiva da história oral, levando-se em conta os cuidados inerentes à coleta de relatos. A história oral tem um percurso característico: até os anos 1970, quando emergiu no Brasil, ela era utilizada como uma metodologia para preencher

lacunas deixadas por documentos escritos. Nesse sentido, Joana Maria Pedro (2003) pontua que os relatos eram elaborados, principalmente, por agentes administrativos, personalidades políticas, com vistas a corroborar dados oriundos de outros documentos. Assim, raramente mulheres eram entrevistadas, na medida em que o interesse estava orientado para o mundo público. Com a guinada para uma história da vida privada nos anos 1980, o relato de mulheres passou a habitar o mundo da história oral com maior frequência e intensidade, na medida em que os próprios interesses da história tornaram-se outros, e o desenvolvimento teórico-metodológico da história oral também passou por mudanças (PEDRO, 2003).

Operando-se um deslocamento da vida pública para a vida privada, a história oral pode, nesse sentido, devolver a palavra para grupos que não tinham voz, redimensionando a própria história local (THOMPSON, 1992, p. 25). Dessa forma, a história oral favorece a compreensão do papel desempenhado pela mulher no cenário agrário brasileiro.

Ao amparar-me na leitura de Thompson, especialmente no que diz respeito ao traço dos relatos mais consolidados em termos de memória, entrevistei mulheres camponesas da comunidade rural, pois acredito na memória como a presença do passado, e ouvindo as memórias contadas pelas entrevistadas, consegui imaginá-las inseridas num determinado contexto familiar e também social, e isso auxilia a compreender as vivências na comunidade de Jesuíno Marcondes, no município de Prudentópolis, PR, e faz-me aproximar do objeto de pesquisa – a situação das camponesas desta comunidade. Segundo Thompson (1992),

não há dúvida alguma de que isso deve contribuir para uma reconstrução mais realista do

passado. “A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p. 25 - 26).

Não se pretende com esta pesquisa reduzir a categoria gênero ao espaço doméstico, ou tido como 'privado'. Joan Scott (1989) alerta que pesquisadores e estudiosos cometem um erro e ao fazer isso “reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco” (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social). E, para muito além disso, acrescenta que:

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (SCOTT, 1989, p. 22).

Portanto, não restam dúvidas de que o contato com essas mulheres proporcionou-me uma reconstrução original de suas vidas, bem como dos contextos que estiveram inseridas. Outro aspecto muito importante está na metodologia das entrevistas, pois buscamos regatar o olhar destas mulheres e, mais do que isso, dar voz a elas. Registrar o pensamento, o significado de suas ações para comunidade, revisitar o passado e identificar

a importância delas nas diversas conquistas, políticas, sociais, culturais da comunidade.

Esse estudo faz parte da dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Universidade Estadual do Centro Oeste, que está em fase de conclusão. Considero de grande valia a aproximação com a comunidade aqui apresentada, mais do que uma aventura teórica, a realidade mostrou-se bastante peculiar, rica em elementos de um rural brasileiro em constante transformação.

### Articulações sobre Gênero e Feminismo – Definição e Discussões Teóricas Atuais

Há quem diga que o movimento feminista esteja em decadência. Esse questionamento é bastante comum em nosso cotidiano, entretanto, esse movimento ainda é tema central de discussões na sociedade atual. A Cientista Social Ana Alice Alcantara Costa (2005) considera que, tanto o movimento feminista não acabou, como vem passando por constantes metamorfoses. Sua fala é bastante marcante quando nos coloca seu posicionamento frente a este questionamento:

O feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado (COSTA, 2005, p. 1).

Nota-se uma reconfiguração do movimento feminista, isso demonstra, de

maneira geral, um amadurecimento desse movimento e uma afirmação de seus ideais. As transformações feministas na sociedade, seja elas voltadas aos direitos adquiridos, ou mesmo por uma modificação na cultura da sociedade, mostram-se em constante emergência. Fato é que:

o feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (COSTA, 2005, p. 1).

As discussões de autoras atuais vêm problematizando a ideia de se trabalhar com 'ondas' do feminismo em pesquisas que envolvem relações de gênero. Penso necessário, neste artigo, destacar alguns conceitos apontados por autoras como Joana Maria Pedro. A historiadora Joana Maria Pedro considera necessário relembrar alguns teóricos, como Kosellek (2006) para compreender alguns conceitos básicos no que refere-se a história das mulheres e do feminismo. A crítica da autora está exatamente no uso de 'ondas' do feminismo para demarcar momentos históricos muito específicos, pois onda denota um sentido de marcador de intervalos de tempo e, assim, oculta a dialética dos tempos históricos.

Joana Maria Pedro contrapõe o termo 'onda' trazendo o conceito de rizoma como

uma forma de interpretar o entrelace desses movimentos em diferentes tempos históricos, que acabam por culminar em infinitas combinações de 'ramificações', continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo.

Esses movimentos históricos, determinado por diversos momentos de luta das mulheres, sinalizam transformações e avanços ao feminismo que “seriam produzidos, pois, por um processo de tomada de consciência das mulheres engendrado nas circunstâncias e nos dilemas vividos por mulheres, inscritos em processos de longa duração histórica e não como algo que irrompe numa dada conjuntura” (COSTA, 2009, p. 6-7).

Importante destacar que cada momento, trançados entre si, culminam em um avanço significativo para os estudos que envolvem a perspectiva de gênero, sobretudo, destaca-se a terceira geração do movimento feminista que, para Suely Gomes Costa (2009), está mais voltada a 'reconciliar o tempo maternal (cíclico e monumental) com o linear (político e histórico)'.<sup>1</sup>

Nos estudos sobre o feminismo, há que se pensar nas particularidades, não somente do movimento em si, mas essencialmente na particularidade de cada mulher, inserida em cada contexto histórico específico. Retratar a história dessas mulheres é buscar a essência de cada experiência de vida feminina. Dessa maneira, as pesquisas sobre feminismo necessitam de cuidados específicos, basta recordarmos as diferenças sobre 'ondas' e 'rizomas', que exemplificam bem a importância dessas metáforas na compreensão de conceitos convergentes. Sobre essa interpretação Suely Gomes Costa (2009) considera que

há por narrar experiências femininas, como nos sugere Joana Maria Pedro, de olho na derivação metafórica do termo “rizoma”,

forma de não perder de vista continuidades, persistências, mas também rupturas, lembrando que “raízes” podem estar entrelaçadas, mudar de rumo, podem seguir e não seguir em diferentes sentidos, podem mesmo retroceder... Há que repensar modos de ler as fontes históricas, documentais e orais (COSTA, 2009, p. 10-11).

Penso que é na perspectiva que Joana Maria Pedro nos aponta, a de se trabalhar com rizomas, que ocorre a busca pela experiência de mulheres camponesas na comunidade de Jesuíno Marcondes. Mulheres que, em seu cotidiano, lutam por sua emancipação, por seus direitos reconhecidos por sua valorização ativa no processo produtivo na agricultura familiar. Esse cenário, muitas vezes, ofusca o real papel da mulher, de ser camponesa, atribuindo funções tidas por homens como somente um auxílio na vida no campo. Para uma das camponesas que fizeram parte da pesquisa, o reconhecer-se como agricultora fica claro quando ela revive a sua História e afirma:

Nasci na vila mesmo, meu pai e minha mãe também nasceram aqui, sempre trabalhamos na roça, na agricultura. Plantamos de tudo um pouco: milho, feijão, tínhamos também as criações, vaca de leite, porca, galinha, dessas um pouco vendíamos e outro pegávamos para nós comer em casa. Eu sempre fui agricultora, desde que era pequena ajudava meus pais na roça. Fazia de tudo, desde arar a terra, o plantio, colher. Cuidava da criação dos animais. Saía cedinho de casa junto com meus pais para enfrentar o trabalho da roça dia pós dia. Não consegui terminar os estudos, pois

na época a escola era muito longe, e também muito difícil seguir nos estudos sabendo que era necessário trabalhar (Agricultora 1).

Reviver essa história trouxe-nos elementos importantes, como reconhecer-se enquanto agricultora e muito mais do que isso, compreender sua importância no contexto familiar e comunitário.

Há que se analisar o discreto caminhar dessas camponesas na busca por espaços de igualdade. Nota-se que a vontade de participação e consequente transformação dessas mulheres, no que refere-se ao processo como um todo, que vai desde a compreensão dos programas que estão inseridas até as formas de plantio, comercialização do alimento produzido. Isso demonstra uma maturidade enquanto reconhecer-se protagonista desse processo produtivo presente no cenário rural.

### Conhecendo o Trabalho Produtivo das Mulheres em Jesuíno Marcondes

Escrever sobre o trabalho das mulheres rurais da comunidade de Jesuíno Marcondes não significa tão somente traçar um perfil único e exclusivo dessas mulheres e suas atividades, mas compreende, acima de tudo, visualizar particularidades desse cenário que servem de suporte para compreender sobre a importância do trabalho dessas mulheres para a agricultura familiar brasileira.

As diversas lutas do movimento feminista apresentam-se como ferramenta fundamental para a igualdade de gêneros no meio rural. A contribuição de Maria Inez Paulilo (2006, p. 3) para a discussão, consiste na valorização do trabalho dessas agricultoras, considerando que:

La categoría “trabajo”, sea remunerado o no, siempre se mostro

relevante para el pensamiento feminista. Considerar como trabajo las inúmeras actividades desarrolladas por mujeres em el hogar y em las pequeñas propiedades agrícolas fue una forma de volverlas visibles y más valorizadas. Quanto al trabajo remunerado, él fue considerado fundamental, pues, em una sociedade daonde casi todo se compra, el acceso de la mujer a alguna forma de renta própria podría hacerla más independiente del marido y más participante em las decisiones que envuelven tato el grupo doméstico como la sociedade más amplia.

Para o feminismo, a categoria “trabalho” apresenta centralidade quando tratamos de conquistas do movimento das mulheres agricultoras e de outros movimentos sociais do campo, que nas palavras de Paulilo (2006, p. 3) “luchó para que las esposas envueltas em la producción agrícola familiar fuerem consideradas “productoras rurales”, y no “amas de casa”.

Destaca-se que a participação em diversas atividades no campo esteve presente ao longo da história política, econômica e social do mundo agrário brasileiro. O protagonismo dessas mulheres vem sendo ocultado, gerando uma invisibilidade na luta dos movimentos sociais, sejam eles urbanos ou rurais. Na concepção de Farias (2003), as mulheres caracterizam-se como:

Figuras constantes nos enredos dos movimentos sociais rurais, como o cangaço, canudos, messianismo, rebeliões populares, luta pela terra (...) não ficaram registradas como personagens dos acontecimentos, mas apenas como presenças

anônimas ou acompanhantes. Portadoras de um falar, cujo som não era escutado como voz de saber ou de poder, mas de deveres prescritos, por papéis bem definidos. Herdeiras de uma memória das tradições. Guardiãs dos tempos e das permanências. Mesmo no movimento sindical rural, não tinham o direito a sindicalização. Eram sombras de corpos ocultados (FARIAS, 2003, p. 147).

O questionamento posto figura uma construção do contexto histórico do espaço rural, da efervescência dos movimentos sociais rurais, que outrora ofuscaram a mulher como sujeito político e participante na luta por direitos. Daí perpetua a ideia da mulher como um mero coadjuvante nas árduas lutas que emergiam no rural brasileiro. Essa luta não está somente ligada aos movimentos sociais, mas sim no dia a dia dessas mulheres.

Essa invisibilidade não fica somente retida a uma história de luta no espaço rural, ela estende-se ao cotidiano do trabalho das camponesas, nos espaços onde ela desenvolve suas atividades, suas diferentes formas de produção na propriedade familiar.

Nesse sentido, a Agricultora 1 pondera sobre a importância do trabalho da mulher no cenário rural:

*Eu acredito muito no campo, sei da importância que nós temos para o consumo nas cidades. Sempre fui agricultora, e há uns 15 anos atrás não se dava muito valor para o trabalho e a produção de alimentos do pequeno produtor, quanto menos do trabalho das mulheres, eu vejo que as próprias pessoas da família, ou de fora também, não valorizam tanto o trabalho da mulher rural,*

*acho que muitas vezes só entendem como um auxílio e não reconhecem por inteiro o trabalho na produção dos alimentos, do cuidado com a casa, com a família e de todas as outras atividades que as mulheres sempre fizeram. Eu amo o que eu faço, o trabalho no campo; plantando, cultivando é muito gratificante, não troco por nada essa vida aqui para ir morar na cidade.*

Ao me contar sobre o seu papel enquanto agricultora, ela deixa claro a preocupação sobre o reconhecimento de seu trabalho na propriedade familiar enquanto agricultora, e reafirma o que já diz a literatura sobre as atividades serem consideradas apenas como um auxílio ao trabalho realizado pelo homem. Entretanto, me chamou atenção a sua clara compreensão de considerar-se uma agricultora e, acima de tudo, apresentar a importância do seu trabalho cotidiano para a geração de renda da família, para a sociedade em geral.

Há uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho no final da década de 1960 e durante a década de 1970, não somente nas atividades domésticas, como elas passam a acumular novas funções e assumir novos papéis na sociedade do trabalho.

Em seus diversos estudos sobre contextos rurais brasileiros, a Cientista Social Maria Ignez Paulilo (1987) verificou nas famílias camponesas, a existência de categorias consideradas como trabalho 'leve' e trabalho 'pesado'. A autora coloca que o trabalho 'leve' está sempre relacionado a tarefas realizadas por mulheres e crianças, enquanto que o que é considerado trabalho 'pesado' é de restrita incumbência masculina. No entanto, ela mostra que aquilo que é considerado trabalho "pesado" e de responsabilidade masculina em



um lugar, pode ser considerado trabalho “leve” quando atribuído a mulheres e crianças, essa compreensão geralmente ocorre de forma diferenciada quando se trata de regiões.

Na região estudada, verifica-se uma forte adesão a programas do Governo Federal para produção e comercialização dos alimentos advindo da agricultura familiar, muitos desses, até pouco tempo, considerados “os de quintal”, das mulheres. Sobre isso a Agricultora 1 acrescenta-nos que:

*Essa nova forma de abastecimento, com a entrada desses programas<sup>2</sup> ajuda muito as mulheres, pois hoje me sinto mais valorizada, tenho que participar de reuniões, trabalho com documentação, venda, entrega de todos os produtos. Além disso, aprendemos a conviver na associação, que é uma tarefa muito difícil, pois temos que superar os interesses individuais. Além desses interesses, temos que superar a ideia de que, mulher não é para vir nas reuniões da A.M.A, pois no começo da associação, as reuniões eram apenas para os homens.*

Como muito bem dito pela agricultora, desenha-se uma etapa nova para as mulheres no cenário rural, as mulheres agricultoras de Jesuíno Marcondes, por exemplo, participam ativamente de reuniões mensais da A. M. A e, assim sendo, discutem questões pertinentes ao cultivo, organizações de eventos da comunidade, entrega das produções, banco de sementes, ou seja, discutem em pé de igualdade com os homens sobre as problemáticas que emergem na comunidade.

De Grandi considera que o patriarcado consiste no poder de dominação masculina, referência implícita e sistemática da dominação sexual. Além de um sistema de

dominação é um sistema de exploração que sujeita mulheres a trabalhar em más condições e por salários mais baixos (DE GRANDI, 1999).

Esse sistema considera duas esferas<sup>3</sup> distintas que, por si só, são antagonistas. Esse espaço doméstico, que foi atribuído à mulher ao longo da história ocidental, ainda possui resquícios na sociedade atual estando mais evidenciado quando se trata do espaço rural.

A correlação dessas esferas fica claro quando a filósofa alemã Hannah Arendt (1995) esclarece que:

O mundo público é o lugar privilegiado de constituição da realidade. O real é o que aparece no público, é o visto e ouvido por todos. A experiência comum, compartilhada, é um critério primordial para o existir das coisas. Mesmo a mais comum das coisas só se torna realidade na presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos. Só pode ser real o que é reconhecido. Para algo aparecer na vida pública precisa ser considerado importante por quem tem este poder de atribuição de valor. Esse alguém é o próprio público que encaminha para o privado aquilo que julga como pouco relevante ou de interesse individual. O mundo, como lugar de vida humana, é público, enquanto bem comum a todos, interpondo e reunindo homens, criando relações entre eles. A vida privada carrega duas acepções: a de privação e de ocultação. Viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana (ARENDDT, 1995, p. 59).

Ao se compreender essas duas esferas como espaços de contradição, compreende-se, também, que o público manteve-se como lugar de aparecer e o privado como lugar de ocultar. Para Farias (2001), é necessário buscar quais são as diferenças objetivas que representam as posições diversas dos seres humanos na ocupação desses dois espaços sociais. Isto é muito bem evidenciado no caso das diferenças de gênero que percebemos entre homens e mulheres, e que ao longo do tempo fizeram do espaço público 'lugar de homens' e do espaço privado 'espaço de mulheres' (FARIAS, 2001).

A partir daí, pode-se esclarecer a forma de organização do espaço social na modernidade ocidental, que de maneira mais clara reforçou a exclusão das mulheres da vida pública e ativou a sua plena domesticação.

Fundamentado na força do natural e no biológico, atribui-se as mulheres o destino normal e natural à maternidade, o cuidado e o zelo ao marido, aos filhos, aos parentes, e a obediência aos homens. A mulher, ao longo dos tempos, vem sendo excluída da política no sentido de ser colocada ausente e incompatível com esse mundo (FARIAS, 2001).

As relações de gênero são sustentadas e estruturadas em nossa sociedade por uma rígida divisão sexual do trabalho, onde o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino. Os homens são considerados os responsáveis pelo 'sustento da família', trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares), enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução.

Assim, num equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino é considerado 'leve', 'insignificante', caracterizado como uma 'ajuda' à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm

sido responsabilizadas pelas 'obrigações' familiares, trabalho este não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros da família, considerado de secundária importância e, portanto, um trabalho invisível, 'feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal'. Sobre o trabalho das mulheres no espaço rural, a Agricultora 2 considera que:

*O trabalho da mulher ainda é visto por muitos como somente um complemento, uma renda insignificante, uma obrigação mesmo de cuidar da casa, quintal, o plantio e visto como quintal mas eu não vejo assim, eu procuro estudar, ler conversar com as minhas amigas e com os técnicos da EMATER que passam aqui e aprender como deixar minha Hortinha melhor e que produza alimentos cada vez mais.*

As mulheres assumem papel importante na garantia da segurança alimentar de seus grupos sociais, porém, o trabalho feminino aparece muitas vezes oculto, não apenas diante das agendas das políticas públicas, de pesquisadores e agentes de desenvolvimento rural, mas também nas percepções das famílias rurais e mesmo das próprias mulheres camponesas, cujas atividades nem sempre são entendidas como parte do processo de trabalho agrícola.

Nas palavras da Agricultora 2, fica claro que as valorizações das mulheres rurais, nessas novas políticas, acabaram criando um espaço de participação e reconhecimento para essas mulheres, gerando uma maior visibilidade das nas questões que envolvem não só a produção como também a participação em reuniões de organização, comercialização de produtos, o que favorece não somente a geração de renda na unidade

familiar, mas também a autonomia dessas mulheres rurais.

Para as agricultoras, sair de casa para frequentar reuniões, no início da década de 1980, foi muito difícil. Até mesmo os direitos de herança não funcionam como a lei determina, ou seja, que todos os filhos têm direitos iguais na partilha dos bens, o que se visualiza é que as mulheres sempre perdem nessas relações. A propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que à mulher (PAULILO, 2003).

A voz da Agricultora 3 mostra muito sobre essa autonomia, demonstrando mudanças importantes para as mulheres:

*Antigamente eu não participava de nenhuma associação nem reuniões sobre plantio, há mais ou menos uns 7 anos que começamos nos organizar melhor, as mulheres, e participar como membros da AMA (Associação Marcondense de Agricultores), isso facilitou muito nosso trabalho enquanto agricultora, fez com que eu me reconhecesse como uma.*

*Nota da pesquisadora: a fala da mulher foi interrompida por um homem, membro da associação (AMA), através de um balançar de cabeça, indicando uma negativa do exposto e seguido de risos.*

Localizar e superar limites ao acesso das mulheres, na participação efetiva em espaços públicos, é algo primordial quando tratamos de autonomia dessas mulheres. No relato da agricultora evidencia-se um progresso dessa autonomia, justamente em discussões onde elas anteriormente não tinham acesso, dando ênfase a importância de criação e abertura de espaços que valorizem a mulher enquanto sujeito de sua própria história, e agente fundamental de transformação.

Nesse caso, a participação das mulheres nos ambientes onde se decide essas questões que envolvem diretamente a comunidade é fundamental, pois além da promoção da igualdade de gêneros, na participação feminina são trazidos dados importantes do ambiente rural (e da comunidade), visto pelos olhares femininos, ambientes estes desvalorizados historicamente, mas do qual esse segmento depende para sua reprodução.

Corroborando com essa discussão, a Agricultora 1 comenta sobre as suas atividades cotidianas, as quais considera relevantes não somente para a família mas também para sociedade de forma geral:

*As atividades do dia a dia que eu desenvolvo hoje, não são muito diferentes das de anos atrás, a diferença é que hoje a variedade de alimentos que cultivamos é maior e o que considero mais importante é que produzimos sem veneno. Alimentamos escolas municipais e estaduais, APAEs e utilizamos para o consumo próprio, além de vender na feira na cidade<sup>4</sup>, a feira ainda é muito fraca, pois não temos incentivo do poder local, Prefeitura, apenas vendemos para os programas federais como PAA, e PNAE, se tivessem mais programas como estes a renda aumentaria bastante.*

O espaço que as agricultoras utilizam para o plantio desses alimentos é geralmente próximo da residência, como um quintal, que neste cenário é resgatado como lugar de produção para autoconsumo, gerando uma melhoria na qualidade alimentar da família. Ao analisarmos circuitos curtos de comercialização destes alimentos, nota-se pela fala da agricultora uma potencialização pela política pública do PAA e PNAE. A

partir da percepção das próprias agricultoras sobre a sua realidade, amplia-se a ideia do que se considera desenvolvimento, “visibiliza como públicas questões que antes eram consideradas do âmbito privado e valoriza espaços e tempos das mulheres, tradicionalmente caracterizados como menos importantes” (BUTTO, 2014, p. 13).

Sobre o processo de transformação e autonomia dessas mulheres, Butto (2014) considera que:

A formação como estratégia não se resume às atividades assim denominadas mas se explicita em uma postura de trabalho que compreende as próprias mulheres como sujeitos de transformação de sua realidade. Por isso, a auto-organização das mulheres rurais nos territórios permanece não só como garantia de romper barreiras ao acesso às políticas públicas, mas também na sociedade e na família. As mulheres rurais vão tecendo este espaço de vida, de uma vida que vale a pena ser vivida (BUTTO, 2014, p. 13).

Ao dialogar com a Agricultora 4, identificamos elementos pontuais, principalmente o reconhecer-se agricultora em tempos que o campo não é um lugar altamente desejável e atraente para se viver. Ainda que muitas famílias permaneçam no campo, existem muitos atrativos que acabam retirando essas famílias do espaço rural, migrando para cidades. Mesmo assim, a agricultora nos relata algumas situações da luta pela permanência no campo que de certo modo, dificultaram esse caminhar de agricultora:

*Nasci em família camponesa, sempre fui camponesa. Em Prudentópolis começamos a*

*trabalhar no plantio do fumo, e nessa lida, fomos convencidos a investir cerca de R\$ 60 mil num projeto inovador de uma estufa elétrica de grampo para secar o fumo, colocamos toda nossa energia nisso, porém toda a produção acabava por apodrecer dentro da inovadora estufa. Sem apoio técnico prometido, endividamo-nos até os dias de hoje. Como o uso de agrotóxicos é intensivo no esquema de plantio das indústrias fumageiras e nosso trabalho tem que varar madrugadas por meses inteiros, toda a família desenvolveu problemas de saúde, como: náuseas, vômitos, irritação, tontura, tremedeira, desmaios e até alucinações, ainda assim persistimos nessa situação por seis longos e dolorosos anos, mas sempre matutando uma solução alternativa para escapar dessa armadilha bem montada das indústrias de fumo.*

A realidade apresentada pela agricultora figura em uma problemática enfrentada por inúmeras famílias de Jesuíno Marcondes. Como alternativas a essa forma de cultivo, surgem os Programas do Governo Federal, que acabaram favorecendo a participação da mulher nos meios de produção. Sobre esses programas acrescenta que:

*Foi quando alguns amigos nos apresentaram o PAA e o PNAE, trazendo uma nova esperança para nós camponeses. O programa consiste basicamente no governo comprando alimentos de qualidade diretamente da agricultura familiar local para serem distribuídos nas escolas da cidade, asilos, orfanatos,*

*hospitais, etc. diminuindo gastos com embalagens, fretes e logística e mantendo os recursos na comunidade local. Após conhecer e simpatizar com o Programa, cadastrei-me junto a várias famílias esperanças na possibilidade de aumento de renda e qualidade de vida. Comprometi-me com a entrega dos produtos de minha horta caseira, que tive que ampliar, e com a entrega de macarrão caseiro, indo entregar tudo pessoalmente nas escolas da região. Produzimos hoje verduras como alface, beterraba, couve-flor, salsinha, repolho e ainda nos organizamos enquanto comunidade para fornecer as frutas para as escolas e entidades cadastradas (Agricultora 4).*

Essas atividades geram autonomia às mulheres rurais, constituindo-se em estratégias dessa política pública. Se em algum momento discutia-se e necessitava relevar “quem eram, como viviam, e o que produziam, as mulheres rurais” (BUTTO, 2014, p. 38), atualmente, a melhoria das estatísticas que tem a característica sob a perspectiva de gênero contribui para indicar cenários e tendências para a atuação dessas políticas públicas, possibilitando, cada dia mais a forma de viver e produzir das mulheres no meio rural.

Para muito além das atividades cotidianas dessas mulheres, ganham destaque a participação em atividades que envolvem toda a comunidade em busca de conhecimentos para melhoria da qualidade do alimento produzido, comercialização, alternativas de plantio. Para a Agricultora 4:

*Além de minhas atividades cotidianas de produção, procuro envolver-me com as grandes*

*questões da minha comunidade, por isso ajudei organizar com as demais agricultoras a 1ª Festa Local da Agricultura Familiar, tendo como objetivo o fortalecimento e divulgação da produção e da cultura camponesa e discutir alternativas sustentáveis para os colonos, falando sobre a importância do resgate das Sementes Crioulas, combate aos agrotóxicos e outros temas relevantes para nossa realidade e para o planeta. Nós mulheres fizemos a articulação e tivemos o apoio que tivemos do MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governo do Estado através da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ING-Instituto os Guardiões da Natureza, EMATER, CRESOL, Prefeitura Municipal de Prudentópolis dentre outros, em nossa festa contamos também com a presença de várias autoridades como o Juiz de nossa comarca, Promotora de Justiça, representantes da SEED, DAS/DIBAP/IAP, SEAB, SESA, TECPAR, entre outros. Como tivemos uma ótima participação da comunidade, pretendemos tornar este evento reconhecido regionalmente.*

As mulheres rurais participam desses eventos (reuniões, seminários, oficinas de trabalho) e dos próprios Conselhos, em número muito menor que os homens e, via de regra, quando se envolvem em alguma atividade concreta, o fazem especificamente nos temas ditos 'sociais' (tais como saúde e educação) e em intensidade muito menor, nas atividades ditas 'econômicas' (ligadas com a

produção agrícola ou pecuária, e com a comercialização dos produtos). Neste último caso, sua inserção também se dá em atividades bem segmentadas, como a transformação de produtos (agroindústrias caseiras), serviços (turismo rural) ou atividades hortícolas (SILIPRANDI, 2009).

### Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na Perspectiva de Gênero

Historicamente, a agricultura familiar ou 'os pequenos agricultores' – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – e atualmente agricultores familiares, sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro. A partir do processo de democratização do Brasil, que iniciou na década de 1980 e teve seu auge com a promulgação da Constituição Federal em 1988, tornou-se evidente uma mudança na agenda das políticas públicas direcionadas ao meio rural. Para o pesquisador Sergio Schneider, iniciando uma nova trajetória para a categoria social:

A Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e

passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido "exportados" para outros países (SCHNEIDER; GRIZA, 2014 p. 2).

Algumas mudanças ocorrem no cenário das políticas públicas, como em 2003, a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB. O PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Esses programas abarcaram as políticas na perspectiva de gênero em seus eixos de discussão, dando ênfase ao trabalho da mulher agricultora. Como a constituição de 1988 trouxe benefícios aos trabalhadores e o direcionamento das políticas públicas, sob o impacto da democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde os anos 1980, visualiza-se no Brasil, um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Com a crescente importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 1988, a redução das desigualdades de gênero passou também a fazer parte da agenda dos governos locais (FARAH, 2003).

As mudanças no Estado brasileiro que desde então vêm se processando

tiveram como referência uma agenda de reforma, construída com a participação de diversos atores a partir dos anos 70. Na evolução dessa agenda de reforma, podem ser identificados dois momentos principais. Em um primeiro momento, enfatizou-se a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores envolvidos nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas. As propostas priorizadas foram a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas públicas. (FARAH, 2004, p. 49 - 50)

A incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é, ainda hoje, um tema pouco explorado. Entretanto, sinalizar para alguns avanços é de primordial importância para este trabalho. O primeiro passo, do reconhecimento da importância de inserir na agenda de políticas públicas as discussões de gênero, é um avanço significativo nos últimos anos.

Segundo dados do departamento de Desenvolvimento Social/Inclusão Social da EMATER-PR, não existe um programa estruturado especificamente para ações em gênero, mas, incentivo a realização de ações voltadas às mulheres rurais, visando incluí-las em projetos produtivos, organizações rurais (associações, cooperativas, sindicatos, conselhos) e acesso às políticas públicas (EMATER, 2015).

Portanto, o que se visualiza nas ações configura-se como ações fragmentadas, e não como um projeto unânime com ações

direcionadas para igualdade de gênero. As orientações e trabalhos técnicos não possuem em seu foco de trabalho a mulher agricultora, apenas generalizam a categoria agricultores familiares, não protagonizando o trabalho da mulher nas diversas comunidades no estado.

Compreende-se, enquanto pesquisadora, que mesmo a EMATER-PR tendo em seu plano de trabalho, a nível estadual, ações que envolvem a temática gênero, essas ações não vêm ocorrendo de forma articulada em todo estado.

Para a Agricultora 4, o trabalho da equipe técnica especializada de Instituições como EMATER-PR, com as mulheres agricultoras seria de fundamental importância para as atividades de formação, organização, diversidade na produção agrícola. Terezinha abre um parêntese e nos coloca:

*Precisamos de alguém que olhe para nós enquanto mulheres agricultoras, que produzem alimentos, sejam eles do próprio plantio como hortaliças, cultivo de frutas, até produção de pães, geleias, produtos artesanais, e que valorizem e reconheçam a mulher enquanto agricultora.*

Na comunidade de Jesuíno Marcondes, a mulher parece ter controle sobre a biodiversidade do ambiente e possui conhecimento sobre a importância da conservação da natureza. Sua atividade se desenvolve sobre uma exploração agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, o que acaba favorecendo a confusão dos papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura, sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão.

Ser agricultora não se resume a exercer uma profissão na agricultura, mas “exige que se leve em conta outros parâmetros que

interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas mesmas, pois ser agricultora é também ser esposa, mãe, mulher e rural” (STROPASOLAS, 2006, p. 152).

Em Jesuíno Marcondes, o rol de atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres é rentável para o grupo familiar e, geralmente, são as mulheres que preocupam-se com o cultivo de hortaliças fornecidas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), produzindo alimento que abastece as escolas públicas municipais e estaduais do município.

Práticas produtivas que abarcam a manifestação das mulheres agricultoras e dão espaço a elas, parecem se anunciar como importantes no âmbito da reflexão sobre as novas ruralidades e o desafio está então em aprender com elas, conhecendo o papel que estão desempenhando, bem como as formas que arranjam para estimular e institucionalizar esse movimento (KARAM, 2004).

As mulheres agricultoras de Jesuíno Marcondes participam ativamente de reuniões mensais da A.M.A (Associação Marcondense de Agricultores) e, dessa forma, discutem questões pertinentes ao cultivo, organizações de eventos da comunidade, entrega das produções, banco de sementes, ou seja, discutem em igualdade com os homens sobre as problemáticas que emergem na comunidade.

Percebe-se que a criação desses novos programas gerou uma maior visibilidade das mulheres nas questões que envolvem não só a produção como também a participação em reuniões de organização, comercialização de produtos, o que favorece a geração de renda na unidade familiar e também a autonomia dessas mulheres rurais.

Nesse caso, a participação das mulheres nos ambientes onde se decide essas questões que envolvem diretamente a comunidade é

fundamental, pois, além da promoção da igualdade de gêneros na participação feminina, são trazidos dados importantes do ambiente rural (e da comunidade), visto pelos olhares femininos, ambientes estes desvalorizados historicamente, mas, do qual esse segmento depende para sua reprodução.

### Considerações Finais

Numa perspectiva da teoria feminista, o processo de empoderamento das mulheres rurais deve ser visto como algo conquistado coletivamente e que, a partir da incorporação desses sujeitos, passa a ser significado individualmente. O empoderamento parte da compreensão das estruturas sociais de opressão e de poder; e, só a partir de uma ação coletiva, é capaz de ser questionado.

Para as agricultoras de Jesuíno Marcondes, a partir da inserção dessas novas Políticas Públicas para a agricultura familiar, visualiza-se uma nova alternativa de renda para a comunidade, e juntamente com isso uma certa autonomia para a mulher desenvolver tanto atividades agrícolas como as não agrícolas, que caracterizam a pluriatividade.

Os avanços em programas para agricultura familiar favorecem, de forma fragmentada, a totalidade das políticas públicas de gênero. Entretanto, essas políticas ainda não estão articuladas com o conceito de gênero e nota-se uma maior fragilidade, no caso paranaense em assistência técnica de extensão rural especializada com essa perspectiva de gênero. Os avanços nesses programas, considerados secundários, apontam para uma maior visibilidade das mulheres no cenário rural, mas, isso se mostra ainda de forma muito desestruturada. O Brasil, portanto, carece de uma política pública com a interface com gênero para o cenário da agricultura familiar.



<sup>1</sup> Doutor em Sociologia (UFRGS/Université Paris X) e Pós-Doutor pela Cardiff University. Professor do Departamento de Sociologia e do PPG em Sociologia da UFRGS. Coordenador do PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa).

<sup>2</sup> Os programas que a agricultora refere-se são o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), instituído pela Lei nº 11.947/2009, prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional da Educação) para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. E o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, [s.a]).

<sup>3</sup> A esfera pública (masculina) focada no social, político e econômico-mercantil, amparada em critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer ideia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas (CARRASCO, 2003).

<sup>4</sup> A Feira que a Agricultora refere-se é organizada aos sábados pela manhã, na praça Firmo Mendes de Queiroz, na cidade de Prudentópolis, que reúne produtores rurais de todo município. Ainda não existe articulação entre esfera pública (municipal) nem tampouco investimento por parte do município para realização da Feira. Os custos são totalmente ao Agricultor. Nos dois últimos meses, iniciou-se uma tentativa de ceder um local mais amplo para a feira, que é a Casa da Cultura, essa iniciativa, mesmo que discreta, agradou os Agricultores e Agricultoras do município.

## Referências

ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1995.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Acesso em 10 de julho de 2015. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/>>.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucila (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p. 139 - 154.

BUTTO, Andréia. **Mulheres rurais e autonomia : formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania** / Nalu Faria, Karla Hora, Conceição Dantas, Miriam Nobre, orgs. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014. 132 p.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. **A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2003, p.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma

intervenção política. **Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9 - 35, 2005.

COSTA. Suely Gomes. Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (paris, rio de janeiro: anos 70/80 do século xx). **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v.6, n. 2, p. 01 – 29, 2009.

DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1999.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: Dossiê estatístico**. Brasília: 1996.

FARIAS, Maria Dolores M. Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al. (Orgs). **Os saberes e os poderes das mulheres: A construção do gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: Redor, 2001.

FARAH. Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e igualdade de gênero. In: São Paulo. Prefeitura Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher; Secretaria do Governo Municipal. **Políticas públicas e igualdade de gênero** / Tatau Godinho (org.). Maria Lúcia da Silveira (org.). – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

FARAH. Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47 - 71, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. **Movimentos de Mujeres Agricultoras y los muchos sentidos de la “igualdad de gênero”**. Trabalho apresentado no 52o. Congresso Internacional de Americanistas. Sevilha –

Espanha, 17 a 21 de julho de 2006.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n.1, p. S125 – S146, 2014.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159 - 176, 2008.

KARAN, Karen Follador. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 303 - 320, 2004.

LARAIA, Roque De Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64 – 70, 1987.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n.1, p. 77 - 98, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173 - 186, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. As formas sociais do trabalho n meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Redes**, v. 9, n.3, p. 75 - 110, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de

análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, 1989.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia a construção de novos sujeitos políticos na agricultura família**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC: Ed. Mulheres, 2010, p. 183 – 207.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em 16 de julho de 2015.  
Aceito em 05 de outubro de 2015.